

Basileia III Pilar 3

Dezembro 2020



1. INTRODUÇÃO

O presente relatório busca proporcionar às partes interessadas o acesso a informações a respeito do gerenciamento de riscos e capital da Instituição em atendimento à Circular 3.930 do Banco Central do Brasil (BACEN). Tal normativo foi publicado com diversas alterações significativas sobre o modelo de apresentação do Pilar 3, sobretudo no formato e na periodicidade das informações a serem divulgadas, e estão sumariamente apresentadas a seguir.

Deve ser lido juntamente com as demais informações divulgadas pela Instituição, tais como Relatório das Demonstrações Financeiras, Relatório Anual e de Sustentabilidade e Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Gestão de Capital, que apresentam outras informações sobre as atividades da Instituição.

Devido às incertezas relacionadas aos desdobramentos da pandemia de COVID-19 no Brasil, o CCB Brasil e o seu Departamento de Gestão de Riscos monitoram e avaliam continuamente os respectivos impactos para o negócio, com foco nos aspectos estratégicos, regulatórios, financeiros e não financeiros. Até o momento de publicação deste relatório, não foram observadas alterações significativas.

Resumo dos Indicadores – Dezembro/2020

O escopo do gerenciamento de riscos é monitorar, controlar e mitigar os riscos assumidos visando suportar o desenvolvimento de suas atividades e processos de negócios de forma contínua e sustentável. Com este objetivo, a Instituição possui política de apetite a riscos que estabelece a quais riscos o banco está disposto a tomar e quais limites deverão ser monitorados continuamente.

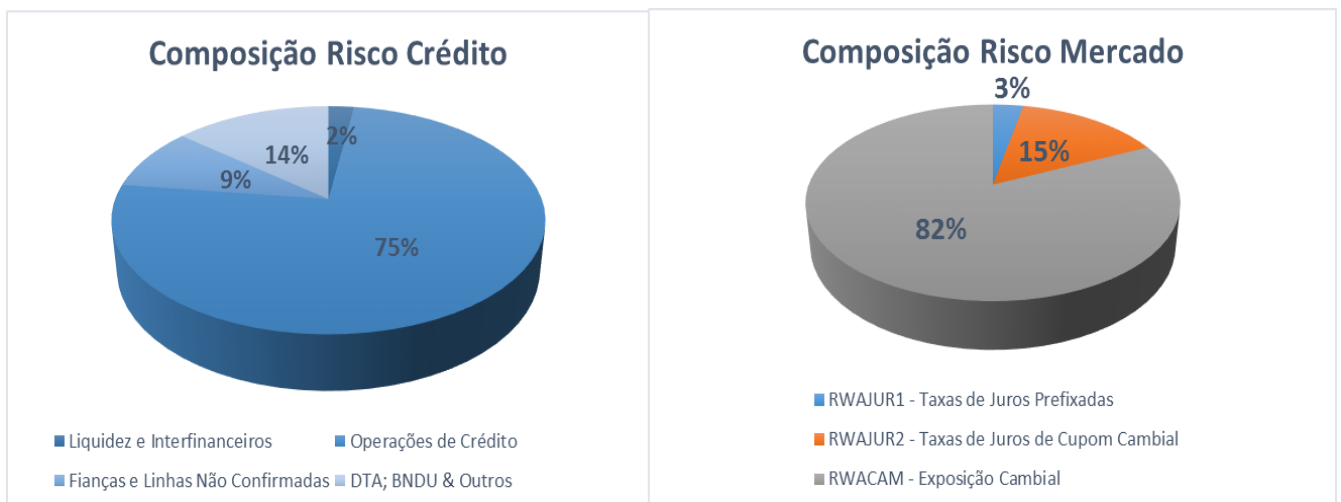
A Declaração de Apetite a Riscos (RAS) é uma importante ferramenta de gestão, que sintetiza a cultura interna e mitigação de riscos da Instituição, ao mesmo tempo que dá clareza e transparência sobre seus procedimentos de negócios e gestão de riscos. Considera os mais significativos riscos a que a Instituição está exposta e provê um direcionamento para gestão desses riscos.

Os indicadores de apetite a risco e respectivos limites são estabelecidos pelo Conselho de Administração e monitorados pelos departamentos de riscos sob supervisão do CRO.

Neste intuito, apresentamos a seguir os principais indicadores da gestão de riscos e capital do Conglomerado Prudencial do CCB Brasil como observados em dezembro de 2020 e, como mudança mais significativa, a aplicação de redutor de 20% sobre o valor da Dívida Subordinada de Nível II uma vez que o prazo de vencimento está menor que cinco anos:

Principais Indicadores - CCB Brasil
dez/20

	Resultado em Dez/2020	Evolução Último Trimestre (%)
Patrimônio de Referência	1.845.387.427	-7,57%
PR Nível I	1.422.085.032	-0,72%
PR Nível II	423.302.395	-24,97%
RWA Total	12.052.735.266	-9,61%
<i>Índice de Basileia</i>	<i>15,31</i>	<i>0,34</i>
<i>Índice de Capital Principal</i>	<i>8,78</i>	<i>1,18</i>
<i>Índice de Capital de Nível I</i>	<i>11,80</i>	<i>1,06</i>



2. KM1 – Informações quantitativas sobre o requerimento prudencial

Comentários: A política de Gestão de Capital do CCB Brasil é estruturada e continuamente monitorada a fim de garantir o cumprimento dos limites estabelecidos na Declaração de Appetite a Riscos (RAS) e os requerimentos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, e assim, permitir um capital adequado para a realização dos negócios em diversos contextos.

Em virtude da crise gerada com a pandemia de COVID-19 no Brasil, o Banco Central tomou diversas medidas com o intuito de sua contenção e, no que tange aos limites de capital, emitiu a Resolução CMN n. 4.783/20 que reduziu a alíquota do adicional de conservação de capital principal de 2,5% para 1,25% pelo período de um ano o que permitiu uma flexibilização e adaptação dos negócios aos novos requerimentos. Mesmo com o contexto atual, houve a manutenção de Patrimônio de Referência suficiente para fazer frente aos riscos assumidos pela Instituição durante os períodos abaixo detalhados.

Como principais destaques, observa-se um aumento do Índice de Basileia contrastada pela redução concomitante do Patrimônio de Referência e dos Ativos ponderados pelo risco (RWA) no último trimestre, este último com maior intensidade. A queda do total de PR foi causada basicamente pela aplicação de redutor de 20% sobre o valor de dívida subordinada de Nível II uma vez que a regra de contabilização deste instrumento como capital reduz gradativamente o montante apurado à medida que se aproxima do vencimento a partir do sexagésimo mês anterior. Seguindo a mesma linha, o total de ativos ponderados pelo risco (RWA) também foi reduzido por conta de decisão estratégica da Instituição frente ao momento econômico e de pandemia de COVID-19 no Brasil e no mundo. Em linhas gerais, todos os indicadores foram superiores aos mínimos requeridos pelo Banco Central do Brasil.

Sendo um banco do Grupo S3, o CCB é dispensado da divulgação e cálculo de LCR (Liquidity Coverage Ratio) e de NSFR (Net Stable Funding Ratio).

Evolução dos Indicadores Prudenciais (R\$ mil)
Informações Quantitativas Sobre o Requerimento Prudencial

Capital regulamentar	dez/20	set/20	jun/20	mar/20	dez/19
1 Capital Principal	1.058.316	1.013.649	1.058.909	1.235.150	1.167.718
2 Nível I	1.422.085	1.432.189	1.457.562	1.606.337	1.449.867
3 Patrimônio de Referência (PR)	1.845.387	1.996.372	2.015.128	2.126.311	1.860.273
3b Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3c Destaque do PR	-	-	-	-	-

Ativos Ponderados pelo risco (RWA)	dez/20	set/20	jun/20	mar/20	dez/19
4 RWA total	12.052.735	13.333.728	14.380.970	14.010.457	12.441.957

Capital regulamentar como proporção do RWA	dez/20	set/20	jun/20	mar/20	dez/19
5 Índice de Capital Principal (ICP)	8,78	7,60	7,36	8,82	9,39
6 Índice de Nível 1 (%)	11,80	10,74	10,14	11,47	11,65
7 Índice de Basileia	15,31	14,97	14,01	15,18	14,95

Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA	dez/20	set/20	jun/20	mar/20	dez/19
8 Adicional de Conservação de Capital Principal - ACP Conservação (%)	1,25	1,25	1,25	2,50	2,50
9 Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACP Contracíclico (%)	-	-	-	-	-
10 Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACP Sistêmico (%)	-	-	-	-	-
11 ACP total (%)	1,25	1,25	1,25	2,50	2,50

12	Margem excedente de Capital Principal (%)	3,03	1,85	1,61	1,82	2,39
Razão de Alavancagem (RA)						
		dez/20	set/20	jun/20	mar/20	dez/19
13	Exposição total	15.514.690	17.909.321	19.743.934	18.809.397	15.909.773
14	RA (%)	9,17	8,00	7,38	8,54	9,11
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
		dez/20	set/20	jun/20	mar/20	dez/19
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
16	Total de saídas líquidas de caixa	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
17	LCR (%)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
		dez/20	set/20	jun/20	mar/20	dez/19
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
20	NSFR (%)	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

3. OVA – Visão Geral do gerenciamento de riscos da instituição

a. Modelo de negócios e o perfil de riscos

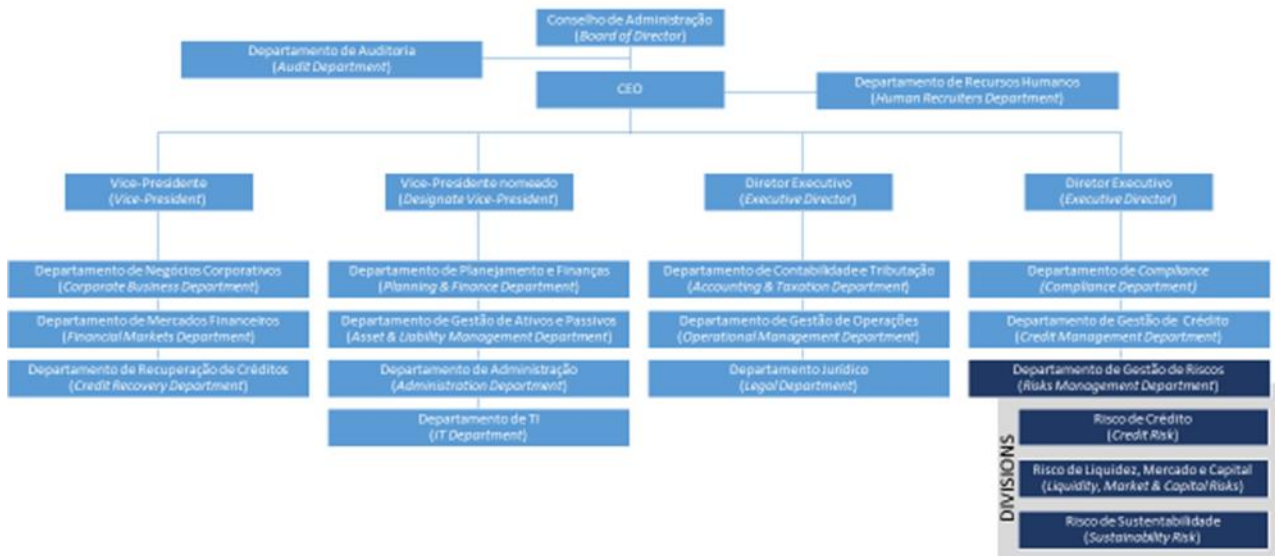
Quanto a conexão entre os modelos de negócios e a gestão dos riscos, o Banco, por meio da sua estrutura de Risco e também de Compliance, busca garantir que as atividades executadas pelas áreas de front da Instituição estejam sempre adequadas ao tamanho do CCB Brasil no mercado brasileiro e internacional, e em linha com o risco que os acionistas do banco desejam assumir sempre no almejo de mitigar os riscos incorridos. Portanto, o gerenciamento dos riscos é componente estratégico fundamental em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços ofertados, do crescimento dos negócios da organização e da busca pela contínua aderência às melhores práticas, às regulamentações locais e às recomendações advindas do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

Com isto, o CCB Brasil adota rígidos padrões de controle de riscos e atualiza frequentemente seus processos, sistemas, métodos e plataformas, para ampliar e aprimorar a identificação, acompanhamento, controle e mitigação. A centralização do gerenciamento dos riscos de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional e Socioambiental propicia uma visão global das exposições às quais a Instituição está sujeita pela própria natureza de suas atividades, o que permite continuamente aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas bem como assegurar o cumprimento das políticas internas e externas estabelecidas.

O Banco dispõe de políticas e manuais para realizar o gerenciamento dos riscos. Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressos pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos do CCB Brasil. As políticas, normas e procedimentos asseguram que a organização tenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos, permitindo o seu adequado gerenciamento. Elas também estão alinhadas aos objetivos estratégicos da organização, às melhores práticas e em conformidade com normativos estabelecidos por órgãos supervisores, sendo revisadas e atualizadas regularmente de forma a refletir mudanças nos mercados e produtos. Dito isto, a Declaração de Apetite a Riscos (RAS) é uma importante ferramenta de gestão que, sintetiza a cultura interna no tocante a gestão de riscos, e ao mesmo tempo, dá clareza e transparência a esta visão. Assim, considera as mais significativas exposições a riscos para o CCB Brasil e como consequência provê um direcionamento para o gerenciamento e medidas de mitigação que poderiam ser tomadas. Por fim, cabe ao Conselho de Administração determinar os indicadores relevantes e os limites máximos ou mínimos a serem observados e ao CRO o devido monitoramento destes.

Sendo assim, o CCB Brasil está exposto a diversos tipos de riscos (sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos), e portanto, é imprescindível a adoção de um monitoramento constante e integrado de todos os riscos de forma a dar segurança e conforto a todos os interessados. Dentre os principais riscos das atividades da Instituição, estariam: o Risco de Mercado, o Risco de Liquidez, o Risco de Capital, o Risco de Crédito e Contraparte, o Risco Socioambiental e de Reputação, o Risco Operacional, o Risco de Segurança da Informação e o Risco de PLDFT (Prevenção a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo) que são avaliadas conjuntamente a todas as empresas pertencentes ao Conglomerado Prudencial do CCB Brasil: China Construction Bank (Brasil), Banco Múltiplo S.A.; CCB Brasil Arrendamento Mercantil S.A.; CCB Brasil Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.; CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Na estrutura organizacional, observa-se segregação de funções no processo de subordinação das diversas diretorias responsáveis pelas funções de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Compliance & Controles Internos. No que tange à gestão de riscos, o Conglomerado possui unidades independentes e estão sintetizados no organograma abaixo:



Desta maneira, no que tange ao gerenciamento dos riscos, observa-se além do papel de Auditoria Interna, CRO e Conselho de Administração, temos como principais papéis:

Risco de Mercado: responsável por monitorar a exposição da Instituição a flutuações de preços e taxas de juros, visando limitar tais perdas aos limites de RAS; calcular a exposição a risco de variações de preços e taxas de juros da carteira trade por VaR e calcular a exposição a Risco de taxa de juros da carteira Banking por EVE, NII e DV01; monitorar os limites de RAS e reportar as exposições a riscos diariamente a Tesouraria e ALM; reportar exposições a risco de mercado e atender requerimentos do Banco Central do Brasil e da matriz; realizar validações e backtesting.

Risco de Liquidez: responsável por monitorar o caixa do banco e o fluxo de todos os direitos e obrigações previstas, garantindo que o CCB Brasil sempre disponha de recursos para cumprir tanto as saídas previstas como imprevistas; reportar semanalmente a situação de liquidez da semana anterior e o fluxo de caixa projetado por um período de três anos, destacando eventuais necessidades extra de caixa; monitorar os limites em RAS e reportar ao BACEN a situação de liquidez do Banco

Risco de Capital: monitoramento da adequação do capital dos acionistas frente aos riscos assumidos e elaborar análises prospectivas para o Índice de Basileia; monitorar os limites e informar a Diretoria sempre que algum limite esteja próximo de ser atingido.

Risco de Crédito e de Contraparte: administrar os sistemas de gestão de risco de crédito; monitorar as relações risco e retorno (RAROC), concentração, distribuição da carteira e cálculo de VaR; prover informações para modelos de gestão de risco de crédito; elaborar periodicamente o estudo de matriz

de transição de ratings da carteira de crédito; prover informações, sistemas, modelos de gestão de risco de crédito para cálculo de ECL com vistas à elaboração de balanços e provisionamentos sob conceitos de IFRS9; apurar, monitorar e prover aos interessados sobre os limites operacionais de capitalização, máximos de concentração e exposição por cliente.

Risco Operacional: implementar políticas e procedimentos de risco operacional; adotar as melhores práticas de mercado para a gestão; promover acultramento sobre riscos operacionais; coletar, classificar, agregar e registrar as perdas operacionais; elaborar relatórios e avaliações periódicas aos interessados e envolvidos.

Sustentabilidade e Risco Socioambiental e Risco de Imagem/Reputacional: elaborar, implementar e monitorar as ações estabelecidas na Política de sustentabilidade e nos procedimentos de risco socioambiental; avaliar periodicamente a pertinência do risco socioambiental nos processos e readequa-los às novas necessidades; avaliar e classificar o risco socioambiental e de reputação e seus impactos de clientes e fornecedores e solicitar esclarecimentos quando houver necessidade; recomendar ações de melhoria nos processos e produtos no âmbito de sua atuação; estabelecer, formalizar e divulgar os resultados da gestão de risco socioambiental na Instituição; prover treinamentos aos funcionários; gerir bases de perdas decorrente de danos socioambientais e conduzir testes de estresse.

Risco de Segurança de Informação: responsável pelas ações de mitigação dos riscos da perda da confidencialidade, integridade e disponibilidade por meio do gerenciamento de: *Riscos a Segurança da Informação em Tecnologia*, por avaliar os sistemas e recursos que compõem a infraestrutura tecnológica do Banco e suas vulnerabilidades e ameaças, conduzindo testes de invasão periódicos e monitoramento de sistemas quanto ao seu uso indevido ou concessão de acesso a pessoas não autorizadas; *Riscos a Segurança da Informação em processos*, mantendo grupos de políticas e procedimentos e diretrizes conforme as melhores práticas e na norma ISSO 27001; *Riscos a Segurança da Informação em Pessoas*, ao conduzir campanhas de conscientização periódicas aos colaboradores ao abordar temas como Engenharia Social, compartilhamento de senhas, acessos a rede local e e-mail, classificação e descarte de informações, entre outros.

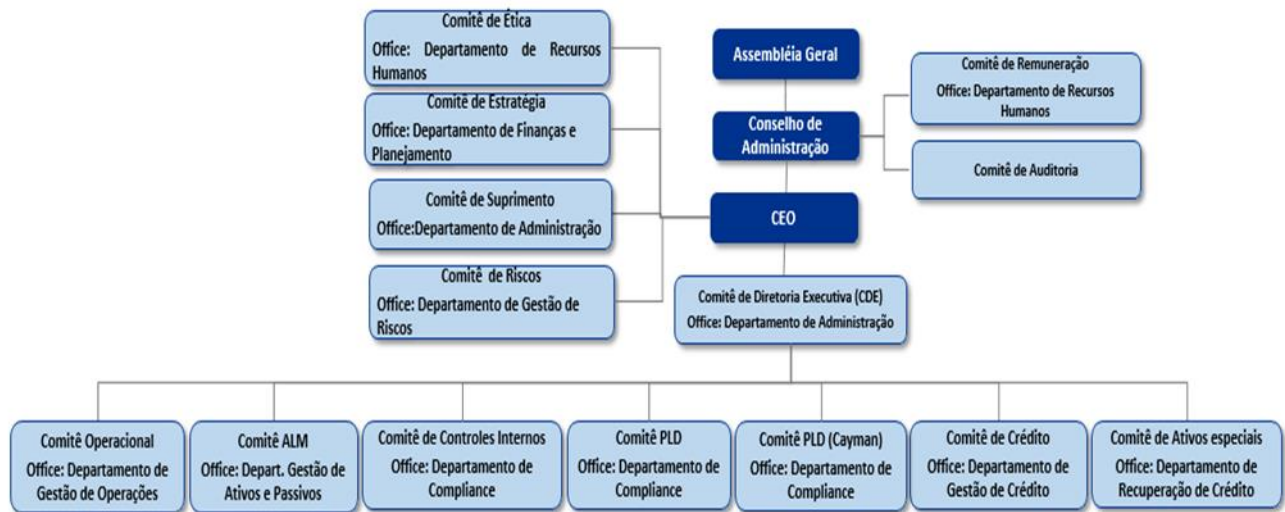
Risco de PLDFT: responsável por elaborar as políticas internas e estabelecer os procedimentos e rotinas que assegurem a conformidade do CCB Brasil perante as legislações e regulamentações de PLD/FT; assegurar a aplicação permanente das políticas de *Conheça seu cliente*, *Conheça seu funcionário*, *Conheça seus produtos e serviços*, *Conheça seu fornecedor*; identificar e promover a atualização da classificação dos clientes quanto ao risco de lavagem de dinheiro que oferecem; monitorar as transações dos clientes, detectar e analisar proposta, operação ou situação com indícios de atipicidade; comunicar tempestivamente ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) as

propostas e/ou operações consideradas atípicas e as operações em espécie, cujo montante atinja os patamares fixados pelos reguladores, cuidando para que não seja dada ciência aos envolvidos ou a terceiros; prover programa de treinamento de PLD/FT aos funcionários (e terceirizados) quando na admissão e quando ocorrer mudanças substanciais nas normas externas e internas, de modo a permitir que conheçam as exigências legais vigentes e seu papel frente a elas.

b. Governança do gerenciamento de riscos

O CCB Brasil busca adotar um modelo de gestão alinhado a padrões internacionais de excelência, assegurando a aplicação de melhores práticas que, por sua vez, se constituem no eixo central para a perenidade dos negócios. Neste contexto, o Departamento de Gestão de Risco tem como principais objetivos: cultivar, informar e disseminar a cultura de comunicação à respeito dos riscos seja para públicos internos quanto externos; garantir que as informações geradas pela Instituição sejam transparentes, responsáveis e objetivas a fim de manter a confiabilidade nas relações Banco-público; atender as demandas internas e externas; além de pautar as decisões no processo de controle e gestão dos riscos incorridos auxiliando a Alta Administração na tomada de decisões.

O envolvimento da Alta Administração com as questões inerentes à gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos estatutariamente como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os diversos Comitês especializados que tem como finalidade auxiliar na criação de mecanismos com o objetivo de possibilitar a sustentabilidade dos negócios por meio da análise de desempenho corrente e prospectiva, da preservação da imagem, da administração de riscos, do reconhecimento e abertura de nos mercados e frentes e outras ações e deliberações que permitem a excelência na condução dos negócios. Por fim, tais Comitês interligam áreas técnicas e decisórias com rica troca de experiências e facilita a elaboração de soluções mais firmes e consistentes. Assim sendo, o CCB Brasil usufrui da seguinte estrutura de governança:



Resumidamente, as responsabilidades correlacionadas seriam:

Comitê de Ética: monitora o cumprimento e a aplicação do Código de Ética do CCB Brasil além de analisar e investigar violações (se houverem); avalia e comenta ações e questões que envolvam os princípios éticos e disciplinares do emissor.

Comitê de Estratégia: emite pareceres e recomendações sobre as diretrizes estratégicas e sobre as diretrizes de investimentos, subsidiando assim as decisões do Conselho de Administração além de propor diretrizes orçamentárias.

Comitê de Suprimentos: aprova compras na respectiva alçada em linha com as políticas internas; analisa e aprova cadastro de fornecedores que possam ter alguma inconsistência desde que isto não comprometa a imagem da Instituição; analisa e propõe alterações nas políticas de compras e contratações de serviços.

Comitê de Riscos: propõe recomendações ao Conselho sobre as políticas, estratégias, limites e procedimentos de gerenciamento de riscos para manter a conformidade aos níveis fixados em RAS, PR, Nível I e capital principal, teste de estresse, gestão de continuidade de negócios e planos de contingência de capital e liquidez; avalia e revê os níveis de apetites a riscos fixados na RAS, estratégias para o gerenciamento considerando riscos individuais de forma integrada; supervisiona a atuação e desempenho do CRO e coordenada as atividades em conjunto com o Comitê de Auditoria.

Comitê de Diretoria Executiva: define as estratégias para orientar as atividades e a estrutura alinhada aos valores da Instituição.

Comitê Operacional: identifica e analisa as falhas em processos ou vulnerabilidades que possam levar a perdas devido à materialização de riscos operacionais; verifica a probabilidade de perdas resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, sistemas ou eventos externos; além de participar da criação, inovação e/ou reformulação de novos produtos ou serviços através de análise, direção e acompanhamento de seu processo.

Comitê ALM: gerencia e supervisiona a efetividade da gestão de Ativos e Passivos; delibera sobre o *transfer price* adotado para equalização das metas do plano estratégico do Banco; monitora a gestão da liquidez, exposição a taxas de juros e exposições de moedas como primeira linha de defesa.

Comitê de Controles Internos: avalia a conformidade do sistema de controles internos e do processo de gerenciamento do risco de conformidade do Conglomerado; acompanha se as recomendações de melhorias de controles internos dos departamentos foram devidamente implementadas e certifica a conformidade de procedimentos com as normas, regulamentos e leis aplicáveis.

Comitê de PLD (Brasil e Cayman): assegura a conformidade de processos e procedimentos relacionados ao assunto Prevenção a Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo (PLDFT) com as legislações e recomendações aplicáveis; aprecia as situações com indícios de suspeição do uso do Conglomerado para a prática de atos ilícitos e, mediante deliberação, notifica as autoridades competentes quando necessário

Comitê de Crédito: concede o risco de crédito (rating) para viabilizar a administração dos spreads pelos departamentos responsáveis, respeitando a combinação entre a maximização das margens financeiras e as receitas oriundas do desenvolvimento dos negócios.

Comitê de Ativos Especiais: regulamenta a política e procedimentos relacionados a esses ativos e delibera sobre propostas relacionadas à gestão, à reestruturação e à renegociação de Ativos Especiais.

Ademais, o CCB Brasil possui uma ampla estrutura de departamentos e subdivisões com diferentes responsabilidades e atuações no que tange ao gerenciamento de riscos, obedecendo e buscando as melhores práticas e requerimentos e orientações de órgãos de supervisão e regulação que também fornecem suporte para este processo. É amplamente disseminada a ideia de que todos os colaboradores das Instituições são responsáveis pela identificação, reporte e gestão dos riscos inerentes às suas respectivas atividades para manter o CCB Brasil sempre protegido ao máximo possível. Assim sendo, o controle é realizado em situação corrente e prospectivamente por meio da coleta de informações fidedignas e detalhadas que propiciam a identificação ao risco que se está exposto para que

sejam estabelecidos planos de ações corretivos e preventivos bem como serem monitorados e reportados aos entes responsáveis e interessados.

Neste interim, o CCB Brasil avalia seus riscos por meio do modelo de *linhas de defesa* nas quais seriam: a *primeira linha* corresponde às funções de linha de frente dos negócios e atividades do Banco que são intrinsecamente geradores de riscos a exemplo do Departamento de Gestão de Ativos e Passivos (ALM) e Departamento de Mercados Financeiros (FMD); já a *segunda linha*, que envolve o Departamento de Gestão de Risco, busca controlar as exposições ao risco de maneira ampla como supervisão à primeira linha, aos níveis de apetite a riscos definidos pela Instituição e atua de forma independente da área de negócios; e a *terceira linha* executada pelas auditorias como revisão ao processo.

Toda esta estrutura de governança suporta na tomada de decisão e controle de risco com a adição dos papéis do Conselho de Administração, CRO e Auditoria que respectivamente atuam em:

Conselho de Administração: define e revisa, em conjunto com o Comitê de Risco/CRO e demais membros da Diretoria, os níveis de apetite aos riscos e expressa-os na RAS – Declaração de Apetite a Riscos; aprova e revê pelo menos anualmente as políticas, estratégias e limites de gestão de riscos e de capital, o programa de teste de estresses, as políticas de contingência de liquidez e capital; assegura a aderência do CCB Brasil às políticas de gerenciamento de risco, estratégias e limites; assegura a pronta correção de eventuais deficiências nas estruturas de gestão de risco e de capital; aprova mudanças relevantes nos sistemas, rotinas e procedimentos inerentes a riscos; dissemina a cultura de risco na Instituição e assegura a viabilidade dos negócios e a bloquear comportamentos inconsistentes com os níveis de apetite a riscos definidos na RAS.

Chief Risk Officer (CRO): zela pela adequação da RAS aos objetivos estratégicos da Instituição, das políticas, dos processos, dos relatórios, sistemas e modelos utilizados para gerenciar riscos; promove o acultramento acerca das políticas e processos de tal gestão; fornece subsídio e participa do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas a riscos em geral (inclusive capital), sendo suporte ao Conselho de Administração; submete políticas, estratégias e limites de gestão de riscos à aprovação do Conselho e propõe alterações quando entender necessário;

Auditoria Interna: elabora agenda para avaliação de riscos e controles internos; mantém gestores informados sobre os trabalhos de auditoria relativos a riscos, compliance e controles identificados para auxilia-los nos processos decisórios.

c. Canais de disseminação da cultura de riscos

O CCB Brasil é comprometido com a ampla e clara disseminação da cultura de riscos por meio do estabelecimento de normas, procedimentos, processos de comunicação e divulgação e principalmente pela manutenção de canais abertos de troca a todos os colaboradores da empresa a fim de gerar a consciência dos riscos assumidos e envolvidos nas diversas atividades que são realizadas.

Um dos canais utilizados para este fim é a publicação de acesso irrestrito aos relatórios da situação e avaliação das exposições identificadas e monitoradas pelo CCB Brasil seja no sítio da Instituição na internet seja em divulgação interna. Além disto, por meio de sua Plataforma Educacional interna, divulga treinamentos de conscientização a todos os funcionários do Banco como também se utiliza de sua intranet e e-mail corporativo para divulgação de boas praticas, observação e canais de denúncias de riscos identificados. Ademais, existem grupos de e-mail de acessibilidade para promover a disseminação dos conceitos, troca de experiências e informações.

d. Processos de mensuração de riscos

Os processos de mensuração de riscos do CCB Brasil são realizados por meio de sistemas continuamente atualizados de fornecimento interno ou de terceiros como também de modelos próprios ou que tenham extensa divulgação acadêmica. Todo o processo é devidamente normatizado pelo regimento interno com pleno acompanhamento de atualizações das exigências regulatórias, suportado por departamentos que auxiliam nesta checagem, e buscando sempre as melhores práticas de mercado para ampliar a robustez deste gerenciamento.

Além disto, os modelos e metodologias utilizados são periodicamente validados seja pela *terceira linha de defesa* bem como a contratação de consultorias independentes para avaliação da eficácia dos parâmetros utilizados.

e. Formas de reporte de riscos

O CCB Brasil trabalha cuidadosamente com os processos de reporte de riscos tanto ao público interno quanto ao externo, visando assim garantir a confiabilidade de suas informações bem como auxiliar nas tomadas de decisões estratégicas pela Alta Administração. São disponibilizados reportes semestrais, trimestrais, mensais e diários com ampla divulgação sintetizando os fatos relevantes e a situação da exposição por cada tipo de risco que a Instituição monitora (de mercado, de liquidez, de capital, socioambiental, de crédito, de PLDFT e operacional).

Tais informações são consideravelmente consumidas e questionadas pela Alta Administração com o intuito de reforçar as decisões a serem tomadas.

f. Programas de testes de estresse

A aplicação e o desenvolvimento de programas de testes de estresse aos riscos identificados nas atividades e negócios do CCB Brasil são mecanismos que permitem a previa identificação do comportamento das exposições frente a situações adversas e servem de instrumento para auxílio em tomadas de decisão bem como na antecipação de crises e de extrema sensibilidade. Sendo assim, as políticas internas normatizam os cenários de estresse que deverão ser aplicados a cada tipo de risco identificado bem como os devidos procedimentos de divulgação, de avaliação e servem também de gatilhos para o acionamento de planos de contingência quando necessário.

Os cenários utilizados são bastante diversos e fazem parte da rotina de análise da Instituição baseados ou em experiências pregressas (ou seja, situações que impactaram diretamente ao CCB Brasil no passado ou que impactaram ao mercado bancário, financeiro ou mesmo a situação econômica do país e/ou dos países em que a empresa atua) ou em análises prospectivas considerando estimativas coerentes, hipotéticas.

Por fim, tais cenários são periodicamente reavaliados e à medida que são identificadas potenciais situações críticas, novos são testados, estabelecidos e devidamente controlados, e assim, é possível realizar a devida prevenção.

g. Estratégias de mitigação de riscos e efetividade

Com a constante avaliação das exposições a riscos de suas atividades, o CCB Brasil promove um intenso controle, que seria independente das áreas de negócios, da dimensão e das potenciais perdas envolvidas bem como a busca de efetivar planos e estratégias para a devida mitigação, e assim, avaliar sua efetividade.

Cada risco possuirá algum tipo de ação de mitigação diferente e o CCB Brasil busca estabelecer em suas normas e seus procedimentos (em Contingência ou não) as medidas aceitas para contenção de uma exposição de risco fora dos limites aceitos pelo Banco em sua *Declaração de Appetite a Riscos*. Como exemplo, pode-se citar a contratação de hedge das exposições a risco de mercado por meio de instrumentos financeiros derivativos ou outros que diminuam as perdas em volatilidades de variáveis econômica-financeiras; ou a exigência de documentos e licenças ambientais e busca de mídias para potenciais riscos socioambientais; ou o requerimento de garantias para fazer frente ao risco de crédito e contraparte identificadas, entre outras.

Periodicamente, os efeitos destas ações mitigadoras são avaliados pelos Comitês e pelas Áreas responsáveis por esta gestão.

h. Gerenciamento de capital e avaliação de suficiência do Patrimônio de Referência

Define-se Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição e da constante avaliação de eventuais necessidades de adicionar capital frente aos riscos assumidos bem como o devido alinhamento ao planejamento estratégico de crescimento e das distribuições dos resultados auferidos.

Assim sendo, o CCB Brasil estabelece uma *Política de Gestão de Capital* que traz as diretrizes e os conceitos além de determinar os processos, os controles, os sistemas e as ferramentas que irão possibilitar a gestão de capital e os devidos monitoramento e avaliação da necessidade de capital e deixa-lo condizentes às metas internas e às exposições a riscos identificadas. Caso seja identificado algum desalinhamento atual ou prospectivo, em cenários de normalidade ou estresse, há a averiguação e o norteamto pelo *Plano de Contingência da Instituição*.

Os métodos de estimação do Índice de Basileia e a garantia de sua adequação corrente e futura são verificados nas *primeira e segunda linhas de defesa* (ALM e Riscos, respectivamente) e cabe ao Conselho de Administração a aprovação das metodologias e modelos utilizados por tal gerenciamento. Sendo assim, o CCB realiza o acompanhamento de todos os indicadores e realiza projeções de capital após o recebimento das expectativas de carteiras da área de planejamento, visando sempre analisar a adequação do Patrimônio de Referência e dos indicadores monitorados em RAS e pelo BACEN e busca identificar previamente eventuais necessidade de capital. Nisto, são confeccionados relatórios diários, mensais e trimestrais para atender a administração e autoridades pertinentes e são cotidianamente divulgados aos departamentos e membros de Diretoria e Comitês que estão a cargo desta avaliação.

O cálculo atual dos indicadores de gerenciamento de capital é realizado por sistema, enquanto que o acompanhamento e controle prospectivo é realizado pelo uso de Excel.

4. OV1 – Visão Geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

Comentários: Com relação ao total de ativos ponderados pelo risco, é possível notar uma considerável redução em comparação ao trimestre anterior em linha com a frente estratégica da Instituição. Basicamente, a parcela de risco de crédito (RWAcpad) apresentou oscilação negativa devido à queda da carteira de operações de crédito ponderadas a 50% e a 100% bem como a diminuição dos adiantamentos de crédito concedidos e dos saldos de garantias, avais e fianças. Portanto, fator preponderante no aumento do total do Índice de Basileia verificado ao final de 2020.

Comparativo dos Ativos Ponderados pelo Risco (R\$ mil)
Visão Geral dos Ativos Ponderados Pelo Risco (RWA)

	RWA		Requerimento mínimo de PR
	dez/20	set/20	dez/20
Risco de Crédito			
0 Tratamento mediante abordagem padronizada	10.453.127	11.724.768	836.250
2 Sentido estrito	9.983.068	11.257.906	798.645
6 Risco de Crédito de Contraparte (CCR)	77.949	163.835	6.236
7 Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	-	-	-
7a Do qual: mediante uso da abordagem CEM	162.544	422.649	13.004
9 Do qual: mediante demais abordagens	35.203	86.164	2.816
10 Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	6.368	15.099	509
12 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	-	-	-
14 Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	-	-	-
16 Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	83.674	83.223	6.694
25 Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	302.068	204.705	24.165

	RWA		Requerimento mínimo de PR
	dez/20	set/20	dez/20
Risco de mercado			
20 Consolidado	152.154	161.560	12.172
21 Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWAMPAD)	152.154	161.560	12.172
22 Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA-MINT)	-	-	-

	RWA		Requerimento mínimo de PR
	dez/20	set/20	dez/20
Risco operacional			
24 Consolidado	1.447.455	1.351.351	115.796

	RWA		Requerimento mínimo de PR
	dez/20	set/20	dez/20
Total			
27 Total (2+6+10+12+13+14+16+25+20+24)	12.052.735	13.333.782	964.219

5. LIQA – Informações qualitativas do gerenciamento do risco de liquidez

Define-se risco de liquidez como a possibilidade de uma Instituição não ser capaz de honrar com suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e/ou a possibilidade de uma Instituição não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, seja devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado seja em razão de alguma descontinuidade do tipo de transação no mercado. Com isto posto, o principal objetivo do gerenciamento de risco de liquidez é desenvolver uma estratégia para garantir o pleno atendimento das obrigações financeiras contratuais e eventuais durante os ciclos de mercado como também se precaver a períodos de estresse e altas volatilidades.

Para o devido controle e mitigação de problemas quanto à solvência da Instituição, o CCB Brasil possui políticas que norteiam a gestão do risco de liquidez e definem as estratégias a serem seguidas nas situações adversas, estabelecendo planos para o acionamento de contingência a fim de garantir devida estabilidade aos seus negócios quando crises são identificadas. Assim sendo, o gerenciamento do risco de liquidez objetiva atuar de forma a maximizar a geração de recursos por meio das diversas formas de captações disponíveis no mercado bem como se fazer bom uso do caixa nas concessões de operações de crédito, mantendo ao máximo os níveis de exposição a risco de liquidez dentro de patamares definidos em política e na Declaração de Apetite a Riscos.

Por sua vez, os controles devem estar capacitados a medir adequadamente e tempestivamente o risco de liquidez do CCB Brasil, considerando os diferentes horizontes de tempo, as diversas moedas às quais a Instituição esteja exposta e as diferentes condições de mercado que possam ser percebidas. Além disso, para minimizar os impactos no momento de uma crise de liquidez, existe a definição de um Plano de Contingência que busca descrever e estabelecer metodologia para permitir o seu enfrentamento, garantindo assim o cumprimento de todas as obrigações contratadas e visando a normalidade das operações. Nele também são definidos os processos de comunicação interno e externo (*Head Office*) e das responsabilidades para identificação, correção e monitoramento.

O CCB Brasil utiliza diversas ferramentas para controlar o risco de liquidez, trabalhando com controles preventivos e corretivos.

Diariamente, a Instituição realiza cálculo de Liquidez Imediatamente Disponível (LID) como parâmetro do montante de recursos que poderiam ser utilizados pelo Banco num prazo que caracteriza a janela de liquidação de 24 horas, avaliando o nível de seu HQLA (*High Quality Liquid Assets*) e comparando-o com a necessidade de caixa mínimo avaliada pelo Banco para um determinado prazo de tempo para as obrigações contratuais com riscos de liquidez significativas, dentre elas: simulação de Monte

Carlo considerando a distribuição passada de liquidações, renovações e novas operações para as captações de recursos efetuadas, garantia de montante para riscos de honra a fianças, a pagamentos de margem e ajustes B3, entre outros. Além disto, o CCB Brasil utiliza-se de ferramentas para a identificação da concentração de captações, do cálculo mensal de indicadores de liquidez *LCR (Liquidity Coverage Ratio)* e *NSFR (Net Stable Funding Ratio)* e da diária verificação dos indicadores de liquidez que são definidos e aprovados pelo Conselho de Administração e declarados em nosso documento de apetite a riscos.

Sendo assim, a necessidade potencial de liquidez é analisada segundo dois métodos distintos e complementares, sendo um **backwardlooking** (dados históricos) e outro **forwardlooking** (Matriz de Necessidade Potencial de Liquidez), sendo o primeiro com o objetivo de análise de volumes e situações históricas que o CCB Brasil vivenciou como o perfil de renovação dos clientes, comportamento da carteira em situações de crises econômicas, entre outros. Já a segunda forma corresponde a análise prospectiva ou projetada, baseando-se nas intenções de negócios da Instituição bem como aplicando-se possíveis cenários de estresse identificados.

Quanto ao controle e acompanhamento, a gestão e governança do risco de liquidez do CCB Brasil é feita de forma plural, envolvendo principalmente os departamentos de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), de Gestão de Riscos e de Mercados Financeiros e na sua representatividade nos comitês de ativos e passivos (ALCO), com principal objetivo de discutir e definir as estratégias relacionadas a liquidez do banco e atuar como primeira linha de defesa na identificação de crises e na avaliação da disposição de recursos no CCB Brasil; e no comitê de Riscos que, de forma apartada e independente, busca definir métricas de avaliação da exposição ao risco de liquidez bem como monitorar os limites estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos, atuando como segunda linha de defesa, sob a supervisão de auditoria interna e controles internos. A divulgação dos respectivos cálculos é realizada de forma diária às diversas camadas de gestão responsáveis por tal monitoramento.

Neste sentido, o CCB Brasil basicamente trabalha com formas de captação típicas do mercado doméstico (CDB, LCA, LCI, NDPGE, entre outros) bem como em mercados internacionais com o suporte da matriz chinesa na transferência de recursos para a devida operacionalização da atividade da Instituição. Dado este perfil, são elaborados testes de estresse a fim de se antever a situações de crise e garantir a devida solvência no cumprimento de suas obrigações. Neste sentido, aplica-se a Simulação de Monte Carlo em condições de estresse das estatísticas de emissões, renovações e resgates das captações domésticas como também estuda-se o comportamento da liquidez sem o envio de recursos da matriz chinesa. Ambos permitem o estabelecimento de liquidez mínima que se torna parâmetro para esta gestão no CCB Brasil.

Os testes de estresse também são diretrizes para a elaboração de um **Plano de Contingência de Crises de Liquidez** que, por sua vez, estabelece os critérios de averiguação e identificação de situações adversas e também define os procedimentos de correção e de monitoramento para o devido enquadramento. Desta forma, a gestão de risco de liquidez possui parâmetros mensuráveis para a adequada *identificação de situação de crise* por meio da violação dos limites gerenciais e daqueles que foram estabelecidos em Declaração de Apetite a Riscos que são diariamente avaliados. Logo após, mecanismos claros de *comunicação interna (aos departamentos responsáveis e aos membros de Comitês de ALCO e Riscos) e externa (matriz chinesa)* deverão ser seguidos a fim de se avaliar a dimensão e gravidade da situação adversa bem como o acionamento das ações de mitigação que será devidamente monitorada até a sua devida correção.

6. CRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

A gestão do risco de crédito no CCB Brasil visa manter a qualidade da carteira de crédito em níveis coerentes com o apetite de risco da instituição para cada segmento de mercado em que opera.

O CCB Brasil gerencia o risco de crédito a que está exposto durante todo o ciclo de crédito, desde antes da concessão, passando pelo monitoramento e chegando à atividade de cobrança e recuperação.

Há uma estrutura de gestão e controle do risco de crédito, centralizada e independente das unidades de negócio, que estabelece limites e mecanismos de mitigação de risco, além de estabelecer processos e instrumentos para medir, monitorar e controlar o risco de crédito inerente a todos os produtos, as concentrações de carteira e os impactos de potenciais mudanças no ambiente econômico.

As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas. O monitoramento contínuo do grau de concentração das carteiras do CCB Brasil, avaliando os setores de atividade econômica e os maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas, de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados.

Para medir o risco de crédito, o CCB Brasil leva em consideração a probabilidade de inadimplência do tomador, emissor ou contraparte, o valor estimado da exposição em caso de inadimplência, a perda dada a inadimplência e a concentração em tomadores.

A quantificação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e da definição de limites.

Os modelos usados pelo CCB Brasil passam por um processo de validação independente que visa a garantir a integridade e a consistência das bases de dados utilizadas na construção dos modelos e a adequação metodológica de estimação dos parâmetros.

7. CR1 – Qualidade creditícia das exposições

Comentários: A seguir, as informações sobre a qualidade creditícia das exposições ao risco de crédito em dezembro de 2020. Comparativamente ao período anterior, é possível visualizar uma redução da carteira de crédito de maneira geral, seguindo diretriz estratégica da Instituição, e das operações cuja exposição é considerada em curso anormal (*em atraso a um prazo superior a noventa dias*) como consequência de baixa a prejuízo contábil de parte dos montantes vencidos, melhorando o perfil da carteira.

Risco de Crédito - Evolução da Carteira CCB Brasil (R\$ mil) Informações Quantitativas Sobre a qualidade creditícia das exposições

	Exposições em curso anormal	Em curso normal	Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido (a+b-c)
Risco de Crédito	dez/20	dez/20	dez/20	dez/20
1 Concessão de crédito	21.133	8.346.725	157.437	8.210.421
2 Títulos de dívida	-	-	-	-
2a dos quais: títulos soberanos nacionais	-	-	-	-
2b dos quais: outros títulos	-	-	-	-
3 Operações não contabilizadas no balanço patrimonial	-	1.265.548	25.136	1.240.412
4 Total (1+2+3)	21.133	9.612.273	182.573	9.450.833

8. CR2 – Mudanças no estoque de operações em curso anormal

Risco de Crédito - Evolução da Carteira CCB Brasil (R\$ mil) Informações Quantitativas Sobre a mudanças no estoque de operações em curso anormal

Risco de Crédito	dez/20
1 Valor das operações em curso anormal no final do período anterior	145.405
2 Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente	21.133
3 Valor das operações reclassificadas para curso normal	-
4 Valor da baixa contábil por prejuízo	-145.845
5 Outros ajustes	-
6 Valor das operações em curso anormal no final do período corrente (1+2+3+4+5)	20.693

9. CRB - Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

A seguir, é possível notar a distribuição geográfica, os setores econômicos e a sua distribuição por prazo remanescente de vencimento da carteira exposta ao risco de crédito do CCB Brasil.

Exposição por Região geográfica segmentados em curso normal e anormal por setor econômico

Risco de Crédito - Exposições por região geográfica (R\$ mil) Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

Pessoas Físicas	Centro Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total País	Exterior	Total
Curso Normal	68.520	7.037	107.580	111.849	1.464.109	1.759.096	-	1.759.096
Curso Anormal	3.963	234	4.126	5.493	224.519	238.334	-	238.334

Setor Público	Centro Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total País	Exterior	Total
Curso Normal	-	-	-	-	185.129	185.129	-	185.129
Curso Anormal	-	-	-	-	-	-	-	-

Setor Privado	Centro Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total País	Exterior	Total
Curso Normal								
Agronegócio	-	-	-	96.953	137.437	234.390	18.537	252.928
Comércio	39.415	-	-	772.333	753.209	1.564.957	614.166	2.179.123
Indústria	285.329	-	238.673	567.624	1.420.565	2.512.191	1.116.831	3.629.022
Intermed. Financeiros	-	-	-	2.464	12.289	14.753	-	14.753
Outros Serviços	129.253	-	23.159	291.496	1.305.627	1.749.535	338.012	2.087.547

Setor Privado	Centro Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total País	Exterior	Total
Curso Anormal								
Agronegócio	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria	-	-	-	-	6.652	6.652	-	6.652
Intermed. Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	1.683	27	139	1.850	-	1.850

Exposições por prazo remanescente de vencimento (em R\$ mil)

Exposições por prazo remanescente (R\$ mil)	Valor Bruto	Valor Líquido de Provisão
Até 6 meses	878.505	828.826
De 6 meses até 1 ano	2.874.525	2.856.882
De 1 a 5 anos	4.696.841	4.645.210
Mais que 5 anos	1.904.562	1.570.990
Total	10.354.433	9.901.908

Exposições das operações em curso anormal segregado por país e setor econômico

Curso Anormal (R\$ mil)	Total Exposição	Provisões	Baixas para Prejuízo
Setor Econômico			
Agronegócio	-	-	424.416
Comércio	-	-	559.711
Indústria	6.652	1.996	822.628
Intermed. Financeiros	-	-	-
Outros Serviços	1.850	1.850	207.901
Pessoa Física	238.334	224.683	554.461
Setor Público	-	-	-
Região Geográfica			
Centro Oeste	3.963	3.516	128.611
Norte	234	224	-
Nordeste	5.809	5.709	8.909
Sudeste	5.521	4.995	2.160.643
Sul	231.310	214.083	270.954
Exterior	-	-	-
Total	246.836	228.528	2.569.117

Total das exposições em atraso por faixas de atraso (em R\$ mil)

Exposições por faixa de atraso (em R\$ mil)	Total
De 15 a 60 dias	36.005
De 61 e 90 dias	15.673
De 91 a 180 dias	44.533
De 181 e 360 dias	202.303

Segregação do total das exposições reestruturadas, entre aquelas classificadas como operações em curso anormal e as demais

Exposições reestruturadas (R\$ mil)	Total
Demais operações	1.407.451
Operações em curso anormal	8.000

Percentual das dez e das cem maiores exposições

Maiores exposições (R\$ mil)	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	% Total
Dez maiores	1.766.639	-3.532	1.763.107	17,06%
Cem maiores	7.322.131	-98.224	7.223.907	70,71%

10. CCRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

A atribuição de uma classificação de crédito a clientes e operações possibilita a diferenciação entre os diversos níveis de risco potencial, bem como permite a correta administração destes riscos, em bases individuais ou no conjunto de uma carteira. É parte desse processo a administração de garantias, que tem por objetivo manter os níveis de qualidade e solvência das operações de crédito do CCB Brasil, preservando o seu valor durante a vigência da operação.

As perdas potenciais de crédito são mitigadas, quando necessário, através da utilização de diversos tipos de garantias que são: duplicatas, cheques, nota promissória com ou sem aval, recebíveis, aplicações, títulos públicos federais, dentre outras.

As garantias bancárias utilizadas para as operações financeiras são as garantias reais e as garantias pessoais. As garantias reais são as que incidem sobre um bem ou algo específico, e as mais usadas são a hipoteca, o penhor (ou caução) e a alienação fiduciária. As garantias pessoais incidem sobre todo o patrimônio dos coobrigados, sem determinação expressa sobre um bem específico.

O risco de crédito de contraparte, ao qual o Banco está exposto, consiste na possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações, financeiras ou não.

Nos mercados, o risco de contraparte é particularmente importante quando se negociam instrumentos derivados não cotados (de balcão), pois em cada um deles o valor do instrumento está sempre dependente da contraparte cumprir as suas obrigações enquanto que nos mercados organizados, o risco de contraparte é assumido pelas próprias bolsas.

11. SECA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco das exposições de securitização

O CCB Brasil é detentor de cotas seniors de fundo de investimento em direitos créditos, cujos valores são consolidados em balanço prudencial em grupo de títulos e outros valores mobiliários, por conseguinte tratado no RWA com FPR correspondente. O CCB Brasil não atua como gestor ou patrocinador de empresas administradoras de fundos de investimentos ou com estes propósitos específicos.

12. MRA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento de risco de mercado

A definição mais abrangente do Risco de mercado seria àquele correspondente ao potencial de oscilação do valor de mercado dos instrumentos financeiros de determinado portfolio em função da volatilidade de variáveis financeiras e econômicas tais como as taxas de juros, os preços de ações e mercadorias, as taxas de câmbio, entre outros.

Diante disto, o CCB Brasil apura e divulga diariamente os cálculos de perdas potenciais de suas carteiras *Trading* e *Banking* como também as exposições aos fatores de risco de mercado nas quais estão expostas que, por sua vez, são majoritariamente dos tipos *Taxas de Juros*, a exemplo de CDI e Selic, *Taxas de Câmbio* e *Índices de Preços* (IPCA).

Assim, o CCB Brasil criou estruturas e políticas para o devido gerenciamento de risco de mercado oriundo dos instrumentos financeiros presentes em sua estratégia de negócios. Cabe ao Departamento de Gerenciamento de Riscos, em sua subdivisão de Risco de Liquidez, Mercado & Capital e sob responsabilidade do CRO (*Chief Risk Officer*), atuar de forma independente pela elaboração, apresentação e monitoramento do enquadramento das carteiras aos limites preestabelecidos tanto na Declaração de Apetite por Riscos (com limites definidos, aprovados e periodicamente revistos) quanto pelo órgão regulador. Além disso, publica-se diariamente a situação das exposições e das métricas de avaliação de perdas potenciais ao Departamento de Gestão de Ativos e Passivos e ao Departamento de Mercados Financeiros (Tesouraria) que também atuam no gerenciamento de risco de mercado como primeira linha de defesa.

De forma operacional e em conformidade com políticas internas e do Banco Central do Brasil, as operações são divididas entre a carteira de negociação (*Trading Book*) e carteira bancária (*Banking Book*). No caso do CCB Brasil, as operações de *trading* são mínimas e compostas por derivativos

sempre com hedge enquanto que o *Banking Book* é composto por todas as operações comerciais, as captações de recursos nacionais e internacionais e os hedges feitos em mercado derivativo com o objetivo de proteger exposições geradas nesta própria carteira.

Por fim, o gerenciamento de risco de mercado é realizado pela utilização das metodologias abaixo descritas com suporte do sistema LUNA, da empresa MAPS S.A. Soluções e Serviços, e dos sistemas legados de registro de operações tais como CRK, Exchange, Função e outros. Estes são periodicamente avaliados e validados por consultorias independentes, por auditorias e pela própria área como forma de manutenção dos procedimentos, políticas e coerência das metodologias para a correta apuração e divulgação. Portanto, as métricas seriam:

- a. Exposições dos instrumentos financeiros aos fatores de risco de mercado e avaliação de gaps
- b. Sensibilidades – DV01
- c. Testes de estresse com choques sobre os fatores de risco
- d. Value at Risk – incluindo teste de aderência e *backtesting*
- e. Controle de exposições cambiais e de taxas de juros
- f. Economic Value of Equity e Net Interest Income para as posições *banking*

13. MR1 – Abordagem padronizada – fatores de risco associados ao risco de mercado

Comentários: Em linhas gerais, para o último trimestre findo em dezembro/2020, não houve variação significativa nos resultados das parcelas de risco de mercado com a exposição cambial (composta majoritariamente pela exposição líquida em *dólar* e em *hong kong dólar*) tendo maior participação sobre o total, contudo representando menos de 2% do total do Patrimônio de Referência da Instituição. As parcelas de taxas de juros prefixadas e dos cupons de moeda estrangeira reforçaram o perfil da carteira de negociação de posições sempre hedgeadas às oscilações de variáveis de mercado.

Risco de Mercado - Evolução da Carteira CCB Brasil (R\$ mil) Fatores de risco associados ao Risco de Mercado - RWAmPad

Fatores de Risco	dez/20
1 Taxas de juros	27.462
1a Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWAJUR1)	4.765
1b Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWAJUR2)	22.697
1c Taxas dos cupons de índices de preço (RWAJUR3)	-
1d Taxas dos cupons de taxas de juros (RWAJUR4)	-
2 Preços de ações (RWAACS)	-
3 Taxas de câmbio (RWACAM)	124.692
4 Preços de mercadorias (commodities) (RWACOM)	-

9 Total

152.154

14. IRRBBA - Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

Define-se como IRRBB, *Interest Rate Risk of Banking Book*, como a medida de risco do impacto de movimentos inesperados das taxas de juros sobre o valor do capital econômico e sobre os resultados financeiros para todos os instrumentos que constituem a carteira bancária. Em outras palavras, busca apurar as perdas potenciais sobre o valor patrimonial do Banking Book e sobre os resultados da intermediação financeira da mesma carteira após a averiguação de determinados cenários de estresse, seguindo as diretrizes padronizadas descritas na *Circular CMN n. 3876* que, entre as diversas definições, descreve as metodologias de Economic Value of Equity (EVE) e de Net Interest Income (NII) como indicadores e modelos para mensuração deste tipo de risco e são devidamente adotadas pelo CCB Brasil e descritas em seus manuais internos de procedimentos e com limites estabelecidos em Declaração de Apetite a Riscos.

Com este intuito, a gestão do IRRBB é realizada em conjunto pelo Departamento de Gestão de Ativos e Passivos (ALM), com acompanhamento do Comitê de Ativos e Passivos (ALCO), na primeira linha de defesa com o suporte do Departamento de Gestão de Riscos na segunda linha, sob supervisão do Comitê de Riscos e CRO, e por fim, a terceira linha de defesa feita pela Auditoria Interna que suporta o adequado monitoramento deste parâmetro. Para o controle das exposições a taxas de juros da carteira bancária, o CCB Brasil monitora e divulga aos entes responsáveis diariamente o valor de ambas as métricas a fim de prévia identificação e de mitigação em caso de ferimento aos limites preestabelecidos. Basicamente, a Instituição trabalha com exposições a taxas de juros prefixadas em reais e a cupons cambiais, fazendo-se uso de metodologias de *hedge accounting* para eliminar oscilações de resultados contábeis pelo uso de hedge com derivativos. Em linhas gerais, a maior parte da carteira possui instrumentos que seu valor está contabilmente calculado a custo amortizado, sendo apenas as carteiras de títulos públicos federais e derivativos marcados a mercado.

Quanto à política de hedge, o CCB Brasil procura garantir a mitigação das exposições a taxas de juros oriundas das diferentes atividades que o Banco atua, utilizando-se dos mercados derivativos sempre que haja necessidade. Para a averiguação dos modelos utilizados para aferir o IRRBB, o CCB Brasil recorre a procedimentos de validação independente por meio de contratação de consultorias externas especializadas. Ainda neste interim, faz-se uso da abordagem padronizada das métricas de Delta-EVE e Delta-NII aplicáveis a Instituições de porte S3 cujos cenários obrigatórios de aplicação são apenas *Parallel Shock Up* (choque paralelo para cima) e *Parallel Shock Down* (choque paralelo para baixo), contudo também são averiguadas tempestivamente de forma prospectiva novas

exposições a taxas de juros geradas por novos negócios, novas composições de carteira ou novos cenários econômicos.

As principais premissas adotadas pelo CCB Brasil quanto ao gerenciamento do IRRBB são:

1. *Depósitos sem vencimento contratual definido – Depósitos à vista*: o CCB Brasil possui uma carteira de depósitos à vista não atuante e apenas para fins administrativos. Sendo assim, considera-se o vencimento equivalente a 1 dia útil.
2. *Depósitos sem vencimento contratual definido – Poupança*: o CCB Brasil não trabalha com este produto atualmente, possuindo apenas saldos remanescentes de valores ainda não sacados pelos clientes. Sendo assim, define-se o vencimento equivalente ao prazo máximo permitido pelo Banco Central a Instituições de porte S3 de xxx dias.
3. Os spreads comerciais a fim de se apurar o Delta-EVE são eliminadas das carteiras pelas taxas de desconto da curva livre de risco e são consideradas nos cálculos de fluxos de reapreçamento.
4. Como a maior parte dos recursos da Instituição é realizada pela matriz chinesa com premissas de renovação periódica, as opcionalidades de pré-pagamento, seguindo também as orientações da *Circular 3.876*, são desconsideradas.

15. IRRBB1 - Informações quantitativas sobre o IRRBB

Comentários: A Circular 3.876 normatizou o requerimento do cálculo de IRRBB por meio das metodologias EVE e NII para Instituições S3 com algumas reconsiderações e premissas que passaram a entrar em vigor apenas durante o ano de 2020. Seguindo tais premissas, a exposição ao risco de taxa de juros da carteira bancária representou em torno de 12% do total de Nível I, descaracterizando a Instituição como uma *outlier* desta gestão. Estas são causadas principalmente pelo risco de taxas de juros oriundas das operações prefixadas de varejo com respectivo *hedge contábil* em mercado futuros de DI.

Risco de Mercado - IRRBB (R\$ mil) Informações quantitativas sobre o IRRBB

Risco Mercado	DELTA EVE		DELTA NII	
	dez/20	dez/19	dez/20	dez/19
Cenário paralelo de alta	184.713	-	2.250	-
Cenário paralelo de baixa	64.328	-	58.387	-
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo	NA	NA	-	-
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo	NA	NA	-	-
Cenário steepener	NA	NA	-	-

Cenário flattener	NA	NA	-	-
Varição máxima	184.713	-	58.387	-

Risco Mercado	dez/20	dez/19
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	1.486.810	1.449.867

16. Derivativos – Evolução da Carteira

Comentários: A carteira de Derivativos do CCB Brasil é composta por operações negociadas no Brasil com o intuito de atender à demanda de clientes e realizar *hedge* das posições assumidas pela Instituição como as captações internacionais e os instrumentos sujeitos ao *hedge accounting*.

Durante o trimestre anterior, houve um acréscimo de derivativos do tipo câmbio na carteira do CCB Brasil em função de entrada de captações internacionais em São Paulo e seus respectivos hedges. Em paralelo, o impacto da oscilação cambial também contribuiu para os resultado alcançados.

Derivativos - Evolução da Carteira CCB Brasil Derivativos no Brasil com Contraparte Central

Fator Risco	dez/20		set/20	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxas de Juros	398.483.005	1.701.254.307	549.458.919	1.684.528.172
Taxas de Câmbio	3.639.273.097	2.686.736.029	1.376.111.444	1.778.299.753
Ações e Índices	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-

Derivativos no Brasil sem Contraparte Central

Fator Risco	dez/20		set/20	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxas de Juros	803.740.252	978.379.870	939.836.851	1.933.430.512
Taxas de Câmbio	1.318.425.239	1.124.877.673	2.469.759.347	1.388.630.288
Ações e Índices	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-

Derivativos no Exterior com Contraparte Central

Fator Risco	dez/20		set/20	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxas de Juros	-	-	-	-

Taxas de Câmbio	-	-	-	-
Ações e Índices	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-

Derivativos no <u>Exterior</u> sem Contraparte Central				
Fator Risco	dez/20		set/20	
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido
Taxas de Juros	-	-	-	-
Taxas de Câmbio	-	-	-	-
Ações e Índices	-	-	-	-
Commodities	-	-	-	-